



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo Fundamentos do Serviço Social: Produção do conhecimento,
pesquisa social e ética em pesquisa do Serviço Social e nas Ciências
Humanas**

**Desemprego estrutural e contradições do mercado de trabalho:
um estudo à luz da reestruturação produtiva e do
neoliberalismo**

Ana Carolina Ramos Machado¹
Márcia Sgarbieiro²

Resumo: O presente estudo visa refletir sobre o desemprego estrutural, considerando as transformações nas relações de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora, enquanto capital, na produção contínua de trabalhadores precarizados, intermitentes ou desempregados, formando um contingente permanente disponível às condições exploratórias. O desemprego é discutido como fenômeno estrutural, evidenciado pelo descompasso frequente entre a oferta de emprego e a demanda por trabalho, reforçando a precarização, a instabilidade laboral e as novas morfologias de trabalho. Propõe-se, assim, uma reflexão teórico-crítica sobre a natureza estrutural do desemprego contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, buscando autores clássicos e também contemporâneos.

Palavras-chave: Desemprego estrutural; Reestruturação capitalista; Exército industrial de reserva; Precarização laboral; Mercado de trabalho

Abstract: The present study aims to reflect on structural unemployment, considering the transformations in labor relations and the fragmentation of the working class under capital, in the continuous production of precarious, intermittent, or unemployed workers, forming a permanent contingent available to exploitative conditions. Unemployment is discussed as a structural phenomenon, evidenced by the frequent mismatch between job supply and labor demand, reinforcing precariousness, job instability, and new morphologies of work. Thus, a theoretical-critical reflection on the structural nature of contemporary unemployment is proposed. This is a qualitative and bibliographic study, drawing on both classical and contemporary authors.

Keywords: Structural unemployment; Capitalist restructuring; Reserve labor force; Labor precarization; Labor market.

¹ Assistente Social, estudante do programa de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina, especialista em Serviço Social. Pesquisadora do GEPCEI - Grupo de estudos e pesquisas em Ciência, Ética e Integridade: desafios contemporâneos à produção do conhecimento. E-mail: aanacramos@gmail.com

² Assistente Social, docente do programa de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Líder do GEPCEI - Grupo de estudos e pesquisas em Ciência, Ética e Integridade: desafios contemporâneos à produção do conhecimento.. E-mail: marciasgarbieiro@uel.br



1. INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado é parte das reflexões iniciais desenvolvidas no mestrado da autora. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica trazendo autores clássicos como Marx (1978), Iamamoto (2007) e (2014); Netto (1992) e Yazbek (2012) e (2016). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que se fundamenta em teoria histórico-crítica sobre a natureza estrutural do desemprego contemporâneo.

Nesse sentido, o desemprego como expressão da questão social no Brasil requer uma análise histórico-crítica da formação social do país, marcada por profundas desigualdades estruturais e pela manutenção de um modelo de desenvolvimento dependente e excludente, assentado no que Telles (1993) denomina de “privatismo selvagem e predatório”.

Trata-se de um país caracterizado por uma história regida por um privatismo que faz da vontade privada e da defesa de privilégios a medida de todas as coisas, recusando a alteridade e, por conseguinte, obstruindo a dimensão ética da vida social, ao negar os fundamentos da responsabilidade pública e da obrigação social (Telles, 1993, p. 2-4).

A contextualização histórica do Brasil remete à sua inserção em uma tradição oligárquica desde o período colonial, consolidada na Primeira República, na qual a pobreza se constituiu como elemento estruturante dessa forma de dominação. O processo de modernização capitalista no país, impulsionado pela expansão da urbanização e pela industrialização, especialmente durante a Era Vargas, produziu novas demandas da população proletária por melhores condições de trabalho, assumindo o Estado papel central na integração da classe trabalhadora ao projeto de desenvolvimento nacional, marcado pelo caráter simultaneamente populista e autoritário do governo.

É nessa direção que se insere a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, que embora tenha representado avanço na formalização de direitos trabalhistas, também operou como instrumento político de regulação e controle das relações entre capital e trabalho. Posteriormente, após o breve retorno democrático, instaurou-se nova ditadura com o golpe militar no início da década 60. Diante do acirramento das contradições do capitalismo periférico, o período foi marcado por crescimento econômico acelerado, sustentado por investimento externo, inserindo o país na lógica do capitalismo monopolista, com forte intervenção estatal.

Com a expansão de grandes empresas e o fortalecimento do domínio burguês, a exploração da classe operária intensificou-se acentuando a desigualdade social em um contexto repressivo e autoritário. Conforme analisa Yazbek (2012), trata-se de uma desigualdade na qual os direitos nunca foram efetivamente considerados como parâmetro de ordenamento econômico e político.

O período de repressão desencadeou processos de resistência e reorganização política, culminando na transição democrática e na consolidação do Estado de Direito,



materializada na Constituição Federal brasileira. Entretanto, frente ao crescimento do endividamento externo evidenciado desde o início da década de 1980, passaram a ser implementadas políticas econômicas orientadas pelo Consenso de Washington, limitando a intervenção estatal por meio de reformas de orientação neoliberal.

No campo da proteção social, a Seguridade Social brasileira emerge em contraposição a esse cenário, ainda que enfrentando uma rearticulação conservadora que, desde sua origem, tensiona e enfraquece sua efetivação. A obstrução à materialização dos novos direitos constitucionais evidencia que a pobreza - como já indicado - permanece elemento constitutivo da história brasileira, assim como a insuficiência de recursos e serviços destinados ao seu enfrentamento.

A partir da década de 2000, consolidaram-se programas de transferência de renda e políticas compensatórias como estratégias de enfrentamento à pobreza em um contexto de desemprego estrutural e crescente informalidade. Como aponta Ceolin (2014), tais políticas expressam a tentativa de conciliar medidas emergenciais de combate à exclusão com políticas estruturais de geração de renda e emprego, sem romper com a lógica de subordinação do trabalho ao capital.

A crise financeira global de 2008 agravou esse cenário, ampliando o desemprego e a precarização das relações laborais. Na contemporaneidade, o desemprego assume novas configurações, resultantes das transformações produtivas marcadas pela intensificação da dominação do capital sobre o trabalho. Para Marx (1978, p. 20), essa dominação se expressa no “domínio da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo”.

À medida que a expansão da acumulação capitalista produz um exército de reserva, o trabalho permanece submetido a condições precárias, e o desemprego passa a operar como mecanismo de controle social. Para Iamamoto (2007), a reestruturação produtiva intensificou a fragmentação da classe trabalhadora e a perda de sua força política coletiva, ao mesmo tempo em que ampliou o contingente de trabalhadores informais, intermitentes e desempregados.

Telles (1998) afirma que esse processo conforma uma população de trabalhadores precarizados e “não empregáveis”, que transitam à margem das formas socialmente reconhecidas de trabalho. O desemprego, apresentado de forma estrutural, não se configura apenas como contingência econômica, mas como elemento constitutivo da acumulação capitalista em sua fase globalizada (Mészáros, 2009). Nesse contexto, aos trabalhadores pobres, informais e desempregados restam, majoritariamente, ações de caráter assistencial e filantrópico.

Esse modelo de proteção social mantém-se, apesar dos avanços institucionais da seguridade social, de maneira segmentada: de um lado, a vinculação entre direitos sociais e trabalho formal; de outro, a assistência direcionada aos “desajustados” e marginalizados, frequentemente isolados em espaços de caráter corretivo e educativo. Como analisa Adorno (1990, p. 9), trata-se de estratégia voltada à “preservação da parte sadia da sociedade”, na medida em que “a sociedade busca afastar de si aquilo que ameaça sua imagem de



normalidade, confinando os desviantes em instituições destinadas à sua correção”. Desse modo, a proteção social reproduz hierarquias morais e econômicas, reafirmando a distinção entre “integrados” e “excluídos”.

Nesse cenário, a reestruturação do capitalismo intensifica a fragmentação da classe trabalhadora e amplia o contingente de trabalhadores precarizados e desempregados, conformando o que Marx denominou “exército industrial de reserva”. Tal fenômeno suscita questionamentos acerca da real capacidade do mercado de trabalho de absorver a força de trabalho disponível, especialmente em contextos locais.

Diante dessa realidade, emergem questionamentos sobre a disparidade entre as vagas de emprego ofertadas e o número de pessoas desempregadas em âmbito nacional. Ao realizar um recorte estadual, observa-se que o Serviço Nacional de Emprego (SINE) do Paraná registra quantitativo significativo de vagas não preenchidas, mesmo diante de elevadas taxas de desemprego. No recorte municipal, a cidade de Londrina apresenta um panorama de contrastes, no qual o mercado de trabalho parece operar em descompasso com o perfil dos trabalhadores que buscam inserção laboral.

Este estudo pretende, portanto, problematizar a narrativa de que o desemprego decorre da falta de interesse ou de qualificação dos trabalhadores. Por meio de uma análise teórico-crítica do desemprego estrutural e de suas expressões contemporâneas, articulada à análise de dados, busca-se situar tal fenômeno no contexto do capitalismo neoliberal.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Reestruturação capitalista, exército industrial de reserva e desemprego estrutural

A reestruturação do capitalismo nas últimas décadas produziu impactos profundos sobre a organização do trabalho e sobre a composição da classe trabalhadora. Conforme analisa Iamamoto (2007), esse processo contribuiu para a desintegração da classe trabalhadora enquanto sujeito político coletivo, ao mesmo tempo em que ampliou a informalidade, a subutilização da força de trabalho e o desemprego.

No interior dessa dinâmica, a acumulação capitalista passa a produzir de forma ampliada aquilo que Marx (1978) denominou “exército industrial de reserva”, constituído por trabalhadores precarizados, intermitentes ou desempregados, permanentemente disponíveis às oscilações da demanda do capital. As transformações estruturais nas relações de trabalho, marcadas pela flexibilização, terceirização e intensificação produtiva, colocam em xeque a capacidade real do mercado de trabalho em absorver a totalidade da força de trabalho disponível.

Tal cenário evidencia que o desemprego não pode ser compreendido como fenômeno conjuntural ou meramente cíclico, mas como elemento constitutivo do próprio modo de produção capitalista, operando inclusive como mecanismo de regulação salarial e disciplinamento social.



2.2 Apresentação de dados e mediações regionais

Embora dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNAD Contínua (IBGE, 2025) apontem para melhora nos indicadores de emprego, com taxa de desemprego atingindo 5,6%, o menor patamar histórico registrado, a realidade concreta do mercado de trabalho revela um conjunto de contradições que extrapolam a leitura quantitativa dos indicadores.

O crescimento da população ocupada para 102,4 milhões de trabalhadores, a elevação do rendimento médio para R\$3.513,00 efetivos, e o saldo positivo de empregos formais registrados pelo Novo CAGED sinalizam avanços relevantes.

No município de Londrina, em agosto de 2025, o Serviço Nacional de Emprego (SINE/PR) registrou um saldo positivo de 674 novos postos formais, resultado de 10.147 admissões e 9.473 desligamentos. Os setores de serviços e comércio se destacaram, concentrando mais de sete mil contratações, evidenciando um dinamismo local.

No entanto, mesmo diante do crescimento líquido do emprego, persistem desafios estruturais que tensionam a relação entre oferta e ocupação destas vagas. A dificuldade de preenchimento em setores como alimentação fora do lar ilustra tal descompasso. Dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel, 2024) indicam que cerca de 90% dos empresários enfrentam obstáculos para contratar, atribuindo-os à escassez de qualificação, a baixa procura e as pretensões salariais consideradas incompatíveis com a realidade dos estabelecimentos.

2.3 Análise de dados baseada na teoria histórico-crítica

Uma leitura crítica desse fenômeno exige ultrapassar a aparência imediata de “falta de interesse” dos trabalhadores, geralmente propagado pelo detentor do capital. A análise do mercado de trabalho contemporâneo exige uma abordagem crítica e multidimensional, que considere os processos históricos de reestruturação produtiva e suas implicações nas relações de trabalho. Isto pois, a dinâmica do trabalho no capitalismo contemporâneo permanece subordinada à lógica da acumulação de capital e da extração de mais-valia. Contudo, as transformações recentes do sistema, marcadas pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal, produziram novas formas de organização e exploração do trabalho, sem alterar suas determinações fundamentais.

Conforme Iamamoto (2007), a reconfiguração contemporânea do capitalismo fragmenta trajetórias laborais, rebaixa salários e amplia vínculos instáveis, produzindo trabalhadores subutilizados e descartáveis ao processo produtivo. Nesse sentido, a não ocupação de vagas expressa contradições estruturais do mercado de trabalho, relacionadas à segmentação ocupacional, à precarização das condições laborais e às desigualdades de remuneração.

Para Ceolin (2014), o trabalhador, desprovido dos meios de produção, somente realiza sua força de trabalho quando há demanda do capital, permanecendo submetido às suas oscilações. Assim, a existência simultânea de desemprego e vagas não preenchidas não



constitui paradoxo, mas expressão da lógica seletiva e excludente do mercado, reforçado por Lavinas (2014) através da análise ao evidenciar a incapacidade de amplos segmentos que sobrevivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, dado o rebaixamento das condições de proteção social e a precarização dos vínculos.

Do ponto de vista do Serviço Social, tais transformações incidem diretamente sobre a chamada questão social. Segundo Iamamoto (2014), o trabalho permanece como mediação central da sociabilidade capitalista, e sua precarização repercute de forma imediata nas condições de vida da classe trabalhadora, intensificando as expressões da desigualdade, da pobreza e da vulnerabilidade social. O desemprego e a informalidade ampliam as demandas dirigidas às políticas sociais, ao mesmo tempo em que o próprio Estado, submetido à lógica neoliberal, reduz sua capacidade de resposta às necessidades sociais.

José Paulo Netto (2011) ressalta que, no capitalismo monopolista e financeirizado, a questão social não desaparece, mas se complexifica, assumindo formas mais intensas e contraditórias. A ofensiva neoliberal, ao desregulamentar direitos trabalhistas e reduzir a proteção social, aprofunda a mercantilização da vida e reforça o papel do Estado como garantidor das condições de reprodução do capital. Nesse cenário, as políticas sociais passam a operar de modo focalizado e residual, incapazes de enfrentar as determinações estruturais do desemprego e da precarização do trabalho.

Nessa direção, Yazbek (2012) situa a pobreza como fenômeno estrutural vinculado às determinações do capitalismo dependente, afastando leituras moralizantes. A literatura recente do Serviço Social também tem evidenciado processos de re-mercantilização dos direitos sociais e fortalecimento de estratégias de culpabilização individual. Moser (2011), ao analisar políticas de ativação e *workfare*³ no contexto europeu, demonstra como tais mecanismos reforçam a responsabilização dos sujeitos pela própria inserção laboral, obscurecendo determinações estruturais do desemprego.

3.RESULTADOS E CONCLUSÕES

Até o momento de nossa pesquisa, apontamos que o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado, nos últimos anos, sinais de melhora conjuntural, especialmente no que se refere à redução da taxa de desocupação e à ampliação da população ocupada. No trimestre encerrado em julho de 2025, a taxa de desemprego alcançou 5,6%, o menor patamar da série histórica dessazonalizada, ao mesmo tempo em que a população ocupada atingiu 102,4 milhões de pessoas, registrando crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, tais indicadores não podem ser interpretados de forma isolada ou acrítica como evidência de superação do desemprego estrutural no Brasil.

Ao contrário, uma leitura articulada dos dados revela que a redução do desemprego está fortemente associada ao arrefecimento da força de trabalho e à ampliação da inatividade,

³ O termo *workfare* designa programas de assistência condicionados à inserção compulsória no trabalho ou em atividades de empregabilidade, reforçando a disciplinarização da força de trabalho e a responsabilização individual dos pobres pelo desemprego e pela precariedade (MOSER, 2011).



e não exclusivamente à criação de empregos estáveis, protegidos e de qualidade. Observa-se que a taxa média de participação no mercado de trabalho entre 2023 e 2025 permaneceu em 62,1%, abaixo dos níveis pré-pandemia (63,4%), acompanhada por um aumento expressivo da população fora da força de trabalho que declara não desejar retornar ao mercado, alcançando 86,9% no segundo trimestre de 2025.

Esse movimento sugere que parcela significativa dos trabalhadores não se encontra apenas em situação de desemprego aberto, mas estruturalmente afastada das possibilidades de inserção laboral, seja por condições sociais adversas, experiências reiteradas de precarização, adoecimento relacionado ao trabalho, ausência de políticas de cuidado ou trajetórias marcadas por exclusão educacional e vulnerabilidade socioeconômica.

A análise dos vínculos laborais reforça essa interpretação crítica. Embora o emprego formal tenha crescido 3,7% nos últimos doze meses e o Novo CAGED registre a criação de 1,52 milhão de vagas, a informalidade também se expandiu em 1,3%, evidenciando que o dinamismo ocupacional convive com formas frágeis e desprotegidas de inserção laboral. Evidenciando um mercado de trabalho heterogêneo e dual, no qual uma parcela acessa vínculos relativamente protegidos, enquanto a outra permanece submetida à instabilidade e à insegurança ocupacional permanente.

Do ponto de vista do Serviço Social, esse cenário expressa uma contradição central do capitalismo contemporâneo: há expansão do trabalho, mas não necessariamente expansão de trabalho digno. O desemprego estrutural manifesta-se, portanto, não apenas na ausência de postos de trabalho, mas na precarização generalizada, na rotatividade elevada, na intensificação produtiva e na ampliação de vínculos frágeis que comprometem a reprodução social da classe trabalhadora.

A dimensão de gênero evidencia-se como eixo estruturante dessas desigualdades. Os dados indicam que 64,2% da população fora da força de trabalho é composta por mulheres, sendo que 21,3% encontram-se nessa condição em razão das responsabilidades de cuidado doméstico e familiar. Entre mulheres de 25 a 49 anos, 63,3% apontam os afazeres domésticos como principal motivo para não trabalhar, enquanto entre homens predominam justificativas relacionadas à saúde e à idade. Tal configuração revela a permanência da divisão sexual do trabalho e o peso do trabalho reprodutivo não remunerado na reprodução das desigualdades.

Essa constatação dialoga diretamente com a intervenção profissional do Serviço Social, ao demonstrar que políticas de emprego dissociadas de políticas de cuidado, educação infantil e proteção social tendem a reproduzir desigualdades, sobretudo entre mulheres pobres. Sem a socialização dos cuidados e sem infraestrutura pública adequada, a inserção feminina no mercado de trabalho permanece estruturalmente limitada.

A escolaridade também se apresenta como mediação central. Quase metade (49,9%) da população fora da força de trabalho não concluiu o ensino fundamental, percentual que alcança 68,7% entre pessoas com mais de 65 anos. As desigualdades educacionais



acumuladas ao longo da vida produzem efeitos duradouros sobre as trajetórias laborais, limitando oportunidades e aprofundando padrões históricos de exclusão social.

No que se refere aos rendimentos, embora o salário médio real tenha alcançado R\$ 3.884,00 e a massa salarial tenha crescido 6,4%, tais avanços não eliminam as contradições estruturais do mercado de trabalho nem se materializam de forma homogênea para toda a população trabalhadora. Isso porque, paralelamente a esses indicadores agregados, em dezembro de 2025 cerca de 18,7 milhões de famílias⁴ beneficiárias do Programa Bolsa Família receberam o pagamento do benefício, o que evidencia que um contingente expressivo de trabalhadores e suas famílias permanece em situação de baixa renda, com rendimento per capita inferior a R\$218, critério de elegibilidade do programa. Tal dado reforça que o crescimento médio dos rendimentos convive com a persistência da pobreza e da desigualdade no acesso ao trabalho e à renda (BRASIL, 2026).

A redução da subocupação para 4,4% e do desemprego de longa duração deve ser analisada com cautela, uma vez que parte desse movimento decorre da saída de trabalhadores da força de trabalho, e não de transformações qualitativas nas condições de emprego.

Diante desse conjunto de evidências, conclui-se que o desemprego estrutural no Brasil assume formas complexas e multifacetadas, manifestando-se tanto na ausência de trabalho quanto na precarização, na desistência forçada do mercado, na sobrecarga feminina de cuidados e na exclusão educacional histórica. Para o Serviço Social, tal quadro impõe a necessidade de análises que articulem economia política do trabalho, políticas sociais e as mediações de gênero, raça e classe, compreendendo o desemprego como expressão da totalidade das relações sociais no capitalismo dependente brasileiro.

Os achados aqui apresentados, ao evidenciarem a complexidade das transformações contemporâneas do trabalho, indicam também a necessidade de aprofundamento investigativo em torno das novas morfologias laborais. A incorporação de referenciais que analisam a financeirização, a plataformização, a uberização e a flexibilização produtiva — como as contribuições de Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Virgínia Fontes, Marcelo Dias Carcanholo e Marisa Silva Amaral — desponta como caminho analítico relevante para o adensamento teórico do debate.

Do mesmo modo, a ampliação de abordagens qualitativas, por meio de entrevistas com trabalhadores desempregados, informais ou inseridos em vínculos precários, bem como com profissionais do Serviço Social atuantes nas políticas de emprego e proteção social, configura-se como desdobramento investigativo fundamental. Tal estratégia permitirá apreender dimensões subjetivas, experiências vividas e trajetórias laborais que não se expressam integralmente nas estatísticas oficiais.

⁴ Observa-se que existem famílias cuja renda atende ao critério do Programa Bolsa Família, mas que ainda não recebem o benefício em função do limite orçamentário municipal, especialmente no caso de famílias unipessoais. Além disso, não é possível determinar quantos beneficiários recebem apenas metade do benefício por se enquadrarem na chamada regra de proteção social parcial.



Nessa direção, este estudo apresenta-se simultaneamente como sistematização analítica de evidências empíricas e como etapa inicial de um percurso investigativo mais amplo, voltado ao desvelamento das contradições do trabalho no capitalismo contemporâneo. Longe de se encerrar em si mesmo, constitui base interpretativa para investigações futuras, reafirmando a centralidade do desemprego estrutural no debate sobre desigualdade social e os desafios postos ao Serviço Social no enfrentamento das expressões da questão social na atualidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES (ABRASEL). **Setor de alimentação fora do lar registra maior média salarial da história, mas enfrenta dificuldade para contratar**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://abrasel.com.br/noticias/noticias/setor-registra-maior-salario-medio-da-historia>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Novo CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>. Acesso em: 08 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Informe Bolsa Família n.º 101, Dezembro de 2025**. Brasília, 19 dez. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informes/2025/informe_bolsa_familia_n_101.pdf. Acesso em: 08 fev. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: resultados do 2º trimestre de 2025**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura n. 67: indicadores mensais do mercado de trabalho**. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>. Acesso em: 01 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura n. 68 – Nota de Conjuntura 19: mercado de trabalho – 3º trimestre de 2025**. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>. Acesso em: 01 out. 2025.

LAVINAS, Lena. **Na contramão dos direitos universais: notas para reflexão**. In: PLATAFORMA SOCIAL – CADERNOS TEMÁTICOS 1: política social e desenvolvimento – o Brasil entre dois projetos. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 18 maio 2014. Disponível em: <https://plataformasocial.ie.unicamp.br/>. Acesso em: 02 out. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Economistas).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED): relatório mensal, agosto de 2025**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>. Acesso em: 08 fev. 2026.

MOSER, Liliane. **A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, p. 68–76, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e neoliberalismo: mercantilização da vida e Estado em favor do capital**. São Paulo: Cortez, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda. **Sistema Nacional de Emprego (SINE/PR): relatório mensal de movimentação do emprego formal – agosto de 2025**. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.trabalho.pr.gov.br/sine>. Acesso em: 14 out. 2025.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O desafio da defesa das políticas públicas para o Serviço Social**. Argumentum, Vitória, v. 8, n. 1, p. 6–13, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288–322, abr./jun. 2012.